



Do Diálogo à Ação

Devolutiva do último encontro presencial e outros espaços de discussão promovidos pelo Programa Biodiversidade Litoral do Paraná

Como as contribuições estão orientando o Programa Biodiversidade Litoral do Paraná

 AGOSTO DE 2026

No último encontro presencial com executores do Programa e Oficinas de Revisão dos Indicadores realizados em 2025, foram apresentadas contribuições relacionadas à gestão das UCs, participação social, proteção ambiental, pesquisa, uso público, infraestrutura, monitoramento e sustentabilidade financeira.

As propostas foram sistematizadas e analisadas pelo Programa Biodiversidade Litoral do Paraná. Parte delas já vem sendo atendida por iniciativas em execução, outras foram incorporadas às chamadas e aos processos iniciados a partir de 2026 e algumas dependem da consolidação de instrumentos de gestão ou estão previstas para os próximos ciclos.

Este documento apresenta uma devolutiva desse processo, mostrando como as contribuições dos gestores estão orientando decisões, investimentos e prioridades do Programa.

O que ouvimos

As contribuições foram agrupadas em temas que revelam assuntos complementares e ajudam a apresentar a resposta do Programa de forma objetiva.



Gestão, planejamento e consolidação das UCs

Conselhos, planos de manejo, instrumentos de gestão, regularização fundiária e capacidade operacional.



Participação comunitária e governança territorial

Consultas, comunicação, fortalecimento de organizações e articulação interinstitucional.



Proteção e fiscalização ambiental

Gestão integrada, fiscalização terrestre e marítima, inteligência territorial.



Manejo e conservação, pesquisa aplicada e monitoramento

Pesquisa e gestão de dados, demandas orientadas pelas UCs, indicadores.



Uso público e valorização das áreas protegidas

Turismo, trilhas, visitação, capacidade de suporte e educação ambiental.

Como o Programa respondeu

Gestão, participação e proteção

Gestão, planejamento e consolidação das UCs

O que apontaram

- Priorizar planos de manejo e fortalecer conselhos gestores.
- Organizar informações sobre regularização, georreferenciamento e demarcação.
- Ampliar sinalização e infraestrutura.
- Implementar instrumentos de acompanhamento da efetividade da gestão.

Resposta do Programa

- Em 2025, foram lançadas chamadas para formação de conselhos consultivos e elaboração e revisão de planos de manejo de UCs estaduais e municipais.
- Em 2025 foram apoiados planos de proteção, planos de uso público, protocolo de visitação, plano de monitoramento e documento de apoio à gestão de RPPNs, além do Projeto Político-Pedagógico mediado pela Educação Ambiental da APA de Guaratuba.
- A partir de 2026 foram lançadas chamadas para implementação de Planos e Manejo, formação ou manutenção de conselhos e elaboração de outros instrumentos importantes, como Planos de Uso Público e Negócios.
- Demandas de infraestrutura, equipamentos e condições operacionais vêm sendo atendidas por meio dos Planos Operativos Anuais das UCs.

Próximos passos

- Concluir processos iniciados de planos de manejo e conselhos gestores.
- Apoiar formação continuada e qualificação dos conselheiros.
- Selecionar projetos voltados à regularização e instrumentos de manejo.
- Consolidar lacunas de regularização, demarcação e avaliação.
- Avaliar em 2027 a adoção de SAMGe para todas as UCs apoiadas.

Como o Programa respondeu — Gestão, participação e proteção

Participação comunitária e governança territorial

O que apontaram

- Ampliar a participação de comunidades locais e tradicionais.
- Valorizar saberes locais.
- Fortalecer organizações comunitárias.
- Incentivar contratação local.
- Qualificar Conselhos.
- Melhorar comunicação e educação ambiental.

Resposta do Programa

- O Programa apoiou a elaboração do Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental da APA de Guaratuba.
- A partir de 2026, os editais passaram a incorporar diretrizes de participação comunitária como recomendação às proponentes.
- Adicional de comunicação aprovado para os projetos de 2024 no valor de até R\$ 80 mil, para desenvolvimento de suas estratégias de comunicação.
- Implementação do Plano de Comunicação do BLP.
- Realização dos processos de Consulta Livre, Prévia e Informada a partir de 2024.

Próximos passos

- Implementação de ações estratégicas de comunicação orientadas aos resultados de conservação da biodiversidade e revisão do Plano de Comunicação.
- Utilizar as contribuições como insumo para uma estratégia de comunicação.
- Fortalecer ações articuladas às PPEAs e instrumentos equivalentes.
- Tornar a participação social e a consulta livre obrigatórias na gestão nos próximos ciclos.
- Seguir incentivando contratação local, formação de novos líderes e fortalecimento de redes.
- Registrar que o apoio a futuras participantes comunitárias pode envolver mais dos conselhos gestores das UCs.

Como o Programa respondeu — Gestão, participação e proteção

Proteção e fiscalização ambiental

O que apontaram

- Desenvolver uma agenda de proteção integrada.
- Qualificar a fiscalização terrestre, pesquisa e costeiro-marinha.
- Ampliar equipamentos, capacitação, inteligência territorial e integração de dados.

Resposta do Programa

- Até 2025 foram 14 projetos com ações relacionadas à proteção ambiental e 8 projetos apoiando a estruturação ou o fortalecimento de sistemas de proteção integrada, envolvendo 17 UCs.
- Fortalecimento do IBAMA, Polícia Federal, BPMA e Guarda Civil Municipal de Paranaguá por meio de equipamentos, infraestrutura e capacidade operacional. As instituições relataram 706 ações de proteção apoiadas pelo Programa.
- Apoio ao projeto GeoLitoral, que fortalece a proteção integrada ao reunir dados geoespaciais, ferramentas de análise e capacitação técnica para apoiar o planejamento, a fiscalização e a tomada de decisão no território.
- Foram adquiridos embarcações, drones, veículos, equipamentos de georreferenciamento, equipamentos de fiscalização, EPIs e melhorias em bases operacionais.

Próximos passos

- Promover interlocução entre órgãos e UCs para uma agenda integrada de proteção.
- Fortalecer a integração de dados e o uso de tecnologia nas ações de proteção.
- Estimular a articulação policial entre as equipes de proteção.

Como o Programa respondeu — Monitoramento, uso público e sustentabilidade

Manejo, conservação, pesquisa e monitoramento

O que apontaram

- Aproximar pesquisa e gestão.
- Fortalecer ciência cidadã.
- Organizar bancos de dados.
- Integrar informações e sistematizar indicadores socioeconômicos e de impacto.

Resposta do Programa

- Em 2026 foi lançada uma chamada e manifestação de interesse para apoiar ações de Uso Público nas UCs estaduais e municipais e RPPNs.

Resposta do Programa

- O Programa apoiou projetos de monitoramento e manejo de espécies ameaçadas, fauna terrestre e marinha, habitats e espécies invasoras. As iniciativas apoiadas contribuíram para pelo menos 7 Planos de Ação Nacionais de conservação.
- 12 projetos realizaram monitoramento de Recursos e Valores Fundamentais em 19 UCs, abrangendo 54 RVs.
- Em 2026 foi lançada manifestação de interesse para continuidade de projetos de monitoramento da biodiversidade.
- O projeto GeoLitoral (Lageamb) estruturou mais de 2 mil camadas georreferenciadas e ferramentas para consulta e apoio à decisão
- Seminários ajudaram a identificar lacunas entre os projetos e a Gestão das UCs.

Próximos passos

- Exigir conexão entre pesquisas apoiadas, demandas das equipes gestoras.
- Apoiar formação continuada e qualificação dos gestores.
- Orientar que projetos de monitoramento resultem em recomendações e encaminhamentos de manejo.
- Estabelecer padrões para entrega, armazenamento, organização e compartilhamento dos dados.
- Definir, na revisão do PELP, quais resultados e mudanças socioambientais deverão ser monitorados.

Como o Programa respondeu — Monitoramento, uso público e sustentabilidade

Uso público e valorização das áreas protegidas

O que apontaram

- Estruturar uso público, turismo de natureza e visitação comunitária.
- Ordenar trilhas e atrativos.
- Definir capacidade de suporte.
- Melhorar sinalização, infraestrutura e segurança de visitantes.
- Gerar benefícios locais compatíveis com a conservação.

Resposta do Programa

- Foi implantada a Trilha do Ararapira, no Parque Nacional do Superagui, com investimento aproximado de R\$ 2 milhões. A trilha possui 15 km, sete pontes suspensas, passarela de 50 metros e sinalização, tornando-se o primeiro atrativo do Parque aberto à visitação pública desde sua criação.
- A nova sede do NGI Matinhos amplia a capacidade institucional para uso público, conservação, fiscalização, pesquisa e diálogo com comunidades e parceiros.
- Dois planos de uso público e um protocolo de visitação estão entre os instrumentos apoiados.

Próximos passos

- Condicionar novas infraestruturas à avaliação de impactos, segurança e capacidade de suporte.
- Integrar uso público, educação ambiental e geração de benefícios locais.
- Ampliar a participação de comunidades e operadores locais na estruturação das atividades.

Como o Programa respondeu — Monitoramento, uso público e sustentabilidade

Sustentabilidade financeira e continuidade

O que apontaram

- Incorporar instrumentos econômicos e novas fontes de financiamento à agenda das UCs.
- Considerar PSA, ICMS Ecológico, carbono e outras modalidades.
- Articular estratégias de sustentabilidade financeira.

Resposta do Programa

- O monitoramento acompanha os repasses do ICMS Ecológico como indicador complementar de resultados.
- O Programa reconhece a necessidade de articular novas fontes de financiamento e de se aproximar de outros fundos e parceiros atuantes no litoral. A estrutura de governança, seleção, execução e monitoramento do BLP pode funcionar como plataforma para novos aportes e cofinanciamentos.
- Ainda não existe uma frente estruturada específica para PSA, créditos de carbono ou créditos de biodiversidade.

Próximos passos

- Produzir comunicação e formação voltadas a gestores municipais sobre PSA, ICMS Ecológico e outros mecanismos.
- Articular parceiros especializados.
- Avaliar possibilidades de cofinanciamento com outros fundos.

Compromissos para a próxima fase que atravessam todos os eixos



Fortalecer as UCs como eixo estruturante

- As demandas e os investimentos devem estar conectados às necessidades das unidades e do território.
- O fortalecimento das UCs deve orientar a priorização das ações apoiadas.



Fortalecer a integração com o entorno

- Quando pertinente, a integração com o entorno deve ser prevista desde o desenho das iniciativas.
- Comunidades, organizações locais e gestores precisam compartilhar informações e construir agendas convergentes.



Aproximar conhecimento e decisão

- Pesquisas, dados e monitoramentos devem resultar em recomendações, instrumentos e respostas para a gestão.
- O monitoramento precisa apoiar decisões recorrentes e ajustes de rota.



Gestão adaptativa

- Ouvir, testar, monitorar resultados e ajustar estratégias.
- O acompanhamento contínuo dos projetos e dos instrumentos de gestão deve orientar a próxima fase do Programa.



As contribuições ajudaram a identificar prioridades, lacunas e oportunidades para o aprimoramento do Programa. A continuidade do diálogo com os gestores será fundamental para acompanhar os avanços e garantir que os investimentos contribuam efetivamente para a conservação e o fortalecimento das Unidades de Conservação do litoral do Paraná.